

Gastos fixados por deputados serão cortados

11 DEZ 1990
ROLF KUNTZ

Os gastos introduzidos no orçamento federal por deputados e senadores — foram aprovadas 7.500 emendas — também vão entrar no corte programado para 1991, informa o coordenador de Política Fiscal do Ministério da Economia, Geraldo Biasotto. Segundo ele, a redução global das despesas orçamentárias da União equivalerá, no mínimo, a 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB).

Muitas emendas, explica Biasotto, são introduzidas no Orçamento Geral da União simplesmente para constar: são apenas lances políticos. Com frequência, além disso, as verbas especificadas são insuficientes para os programas. Quando isso ocorre, ou não se realiza o programa, por impossibilidade, ou a despesa efetiva tem de ser maior do que a prevista. Só nesses itens já pode haver muito campo para a eliminação de gastos.

O Departamento do Tesouro ainda terá de consolidar as emendas aprovadas para remontar o orçamento. A versão final aprovada pelos congressistas é bastante diferente da original. A rigor, os parlamentares aprovaram, como em 1989, um documento aberto. No ano passado, deputados e senadores iniciaram o recesso com seu trabalho oficialmente cumprido e os técnicos do Executivo tiveram de entrar em campo, em seguida, para codificar os itens orçamentários, juntar os pedaços do documento e acertar os números finais. Uma operação semelhante deve ser realizada, agora, com base no material produzido pelo Legislativo.

Segundo Biasotto, as contas de dezembro do Tesouro Nacional deverão ser fechadas com novo superávit de caixa. O do mês passado ficou em Cr\$ 1,6 bilhão e o resultado deste mês não deverá ser muito diferente, segundo o coordenador de política fiscal.